

**MANUAL DE AUDITORIA
EM SEGURANÇA E SAÚDE
NO TRABALHO RURAL**

**Secretaria de Inspeção do Trabalho - SIT
2002**

**MINISTÉRIO
DO TRABALHO
E EMPREGO**

Elaboração:

Grupo Especial de Apoio à Fiscalização – GEAF/Rural

Coordenador: Joelho Ferreira de Oliveira – DRT/RN

Integrantes: Sérgio Augusto Letícia Garcia – DRT/RS

Francisco Alves dos Reis Júnior – DRT/RN

Guilherme Maldonado Filho – DRT/MS

Marcos Antônio Lisboa Miranda – DRT/PE

Carlos Fernando Lage Paixão – SDT Governador
Valadares/MG

Sumário

Apresentação.....	02
Capítulo I – FUNDAMENTOS DA AUDITORIA	
1- A Inspeção Tradicional.....	
2- A Mudança Proposta.....	
3- A Metodologia.....	
4- Da Inspeção.....	
5- Fatores que definem o método de inspeção – Auditoria.....	
Capítulo II - AUDITORIA EM SEGURANÇA E SAÚDE NO MEIO RURAL	
1. Quando desencadear o processo de Auditoria	
2. Etapas da Auditoria	
Capítulo V - OUTRAS ESTRATÉGIAS DE INSPEÇÃO	
1. Notificação Coletiva.....	
2. Reunião de Orientação Coletiva.....	
3. Agricultura Familiar e Assentamentos.....	
Capítulo VI - CAMPANHAS EDUCATIVAS	
Capítulo V – DADOS NACIONAIS DO MEIO RURAL	
1. Principais Culturas por Região	
2. Número de Trabalhadores Rurais por Cultura/Estabelecimento	
3. Estatísticas de Agravos à Saúde no Meio Rural	
Capítulo VI – PROCESSO PRODUTIVO E RISCOS AMBIENTAIS	
Cana-de-açúcar	
ANEXOS	
I. Modelo de NAD para a área rural.....	
II. Fontes Importantes Para Consulta.....	
BIBLIOGRAFIA.....	

APRESENTAÇÃO

As empresas e o trabalho no meio rural estão em um processo permanente de transformação e aprimoramento. Enquanto algumas empresas realizam investimentos e melhorias constantes em Saúde e Segurança no Trabalho, outras desrespeitam os princípios mínimos de segurança ao trabalhador e à vida humana e se colocam em situação permanente de *empresas-problema*. Daí a necessidade de se estabelecer uma abordagem planejada e específica para a intervenção da inspeção do trabalho em diferentes empresas ou setores da atividade econômica.

Visando uma melhor eficiência e eficácia da Fiscalização de Segurança e Saúde no Trabalho, este Manual procura orientar o Auditor Fiscal do Trabalho no desenvolvimento de sua atuação na área rural, desde o planejamento até a ação fiscal propriamente dita, inclusive com o acompanhamento e a avaliação de todo o processo.

A opção por auditorias de Segurança e Saúde no Trabalho em empresas de médio e grande porte, aqui consideradas aquelas com mais de cinquenta empregados (incluídos a possibilidade do trabalho de terceiros), busca um avanço na qualidade das inspeções do trabalho, dando oportunidade aos Auditores Fiscais do Trabalho envolvidos de traçar um diagnóstico mais nítido, com o tempo necessário para estudar e conhecer melhor os processos de trabalho, ambientes, tecnologias e estruturas organizacionais de maior complexidade, resultando, por conseguinte, em intervenções mais eficazes e com maior benefício a trabalhadores, empresas e sociedade.

VERA OLÍMPIA GONÇALVES
Secretária de Inspeção do Trabalho

JUAREZ CORREIA BARROS JÚNIOR
Diretor do Departamento de Segurança e Saúde no Trabalho

Capítulo I – FUNDAMENTOS DA AUDITORIA

1. A INSPEÇÃO TRADICIONAL

Visa promover o cumprimento da legislação pelo empregador, por meio do julgamento a partir da inspeção dos locais de trabalho, havendo pouco questionamento sobre as causas das irregularidades detectadas.

Caracteriza-se por privilegiar a observação visual (identificação de condições inadequadas nos locais de trabalho), na determinação das deficiências em Segurança e Saúde no Trabalho - SST, buscando a resolução imediata dos problemas, sem ênfase nas falhas gerenciais que as produziram. Portanto, há uma limitada análise de documentos e entrevistas como fonte de informações.

2. A MUDANÇA PROPOSTA

1. Incluir a metodologia de auditoria como técnica preferencial nas fiscalizações em SST;
2. Estabelecer outras estratégias, ampliando o universo de ações no meio rural;
3. Garantir que o empregador rural, independentemente do porte da empresa, gere eficazmente a SST em seu estabelecimento;
4. Efetivar a mudança do ambiente de trabalho e da cultura dos empregadores e trabalhadores rurais quanto a SST;
5. Incluir o planejamento como rotina para o desenvolvimento das ações fiscais objetivando maior eficácia, consistência e durabilidade de seus efeitos.

3. A METODOLOGIA

1. Estabelecer estratégias e táticas de inspeção planejadas e personalizadas;
2. Utilizar diferentes fontes de informação e consulta (SFIT, sites de SST, bancos de dados, processos produtivos e outros);
3. Utilizar técnicas de avaliação adequadas às necessidades do momento – balanço entre observação visual, entrevistas e análise de documentos;
4. Analisar a eficácia da gestão de SST na empresa rural;
5. Privilegiar o tripartismo.

4. DA INSPEÇÃO

1. Deve ser adequada à atividade, aos riscos, ao número de empregados, à localização do estabelecimento e à complexidade dos sistemas de gestão existentes;
2. Quaisquer que sejam as técnicas utilizadas, os AFT necessitam de informações sobre os planos de gestão em SST e sistemas de controles de riscos implantados;
3. Pode se limitar a um único evento ou se prolongar por determinado tempo; ser realizada por um único Auditor durante um período

longo ou, quando necessário, por abordagem intensiva de um grupo de Auditores;

4. Em estabelecimentos pequenos e/ou com atividade de baixo risco, a inspeção pode se iniciar com a coleta de evidências nos locais de trabalho para se demonstrar a necessidade de uma gestão em SST mais eficaz. Pode ser feita a inspeção convencional com observação seguida por discussão sobre as razões das não-conformidades e uso relativamente pequeno de documentos;
5. Em estabelecimentos maiores e/ou com atividade de risco acentuado deve-se avaliar inicialmente o planejamento da gestão em SST, para em seguida coletar evidências de sua efetividade. Para tanto, mais informações devem ser coletadas através do exame minucioso de documentos e maior número de entrevistas estruturadas, enquanto que a observação visual é utilizada para confirmar evidências já obtidas, além de outras não relatadas.

5. FATORES QUE DEFINEM O MÉTODO DE INSPEÇÃO – AUDITORIA:

- 1- Número de empregados;
- 2- Ocorrência de acidentes fatais;
- 3- Incidência de doenças e acidentes de trabalho;
- 4- Riscos acentuados;
- 5- Empresas-problema;
- 6- Sofisticação e complexidade dos sistemas de produção e gestão implantados.

Capítulo II - AUDITORIA EM SST NO MEIO RURAL

1. QUANDO DESENCADEAR O PROCESSO DE AUDITORIA NO MEIO RURAL

O processo de auditoria no meio rural deve ser executado em empresas que possuem acima de 50 (cinquenta) empregados, devendo ser considerados os seguintes critérios de prioridade:

- **Ocorrência de acidentes fatais:** quando houver um caso de acidente fatal em empresa do meio rural o processo de auditoria deve ser desencadeado o mais rápido possível, concomitantemente à análise do acidente;
- **Incidência de doenças e acidentes do trabalho:** empresas com elevada incidência de doenças e/ou acidentes do trabalho devem passar pelo processo de auditoria, que deverá enfatizar, entre outros, a prevenção destes problemas;
- **Riscos acentuados;**
- **Empresas-problema:**
 - aquelas submetidas a ações fiscais repetidas com desrespeito contínuo às questões de SST e com pouca ou nenhuma transformação dos ambientes e condições de trabalho;
 - elevado número de denúncias de SST ou importância de uma denúncia;
- **Empresas com sistema de gestão complexos e sofisticados já implantados;**
- **Demais empresas com mais de 50 (cinquenta) empregados.**

Obs: no caso de empresas com menos de 51 empregados e que preencham os critérios acima, ou que o AFT considere que as ferramentas ou parte delas possam ser úteis, esta metodologia ou parte dela poderá ser empregada.

2. ETAPAS DA AUDITORIA

A auditoria terá o seguinte desenvolvimento:

- 2.1 – PLANEJAMENTO;
- 2.2 – ANÁLISE DE DOCUMENTOS;
- 2.3 – OBSERVAÇÃO DIRETA E ENTREVISTAS;
- 2.4 – DIAGNÓSTICO;
- 2.5 – INTERVENÇÃO;
- 2.6 – ACOMPANHAMENTO.

Obs: durante o processo de auditoria as etapas e estratégias podem ser modificadas em função do próprio processo.

2.1. PLANEJAMENTO

Após a definição da empresa a ser auditada os seguintes procedimentos deverão ser seguidos:

- Consulta ao SFIT sobre o histórico da empresa;
- Informações junto ao Sindicato de trabalhadores da categoria;
- Estudo da convenção coletiva do trabalho da categoria;
- Estudo prévio da atividade.

É nesta etapa que se define o número de Auditores Fiscais do Trabalho que participarão da Auditoria. A escolha da equipe depende do tamanho e complexidade da empresa e todos devem estar envolvidos em todas as etapas do processo. Uma reunião prévia com a participação de toda a equipe deve ser feita e conduzida pelo coordenador da auditoria (definido previamente) para a definição de atribuições e estratégias. Auditores com conhecimentos técnicos específicos em determinados assuntos podem fazer parte da equipe ou serem chamados a participar em momentos particulares da auditoria.

2.2. ANÁLISE DE DOCUMENTOS

Esta etapa compreende o início do processo de auditoria propriamente dito. Para isto, seguiremos a seguinte seqüência:

- Apresentação das credenciais e comunicação à empresa sobre como se dará a auditoria e qual o seu objetivo;
- Notificação para apresentação de documentos (NAD, anexo x), em data e hora a ser marcada. A cada visita deve ser agendada a próxima, procurando dar continuidade o mais rápido possível ao processo;
- Análise dos documentos: os documentos centrais referem-se as avaliações dos riscos para a segurança e saúde dos trabalhadores e a indicação das medidas de eliminação, controle ou redução dos mesmos; os registros das avaliações das condições de trabalho, indicadores de saúde dos trabalhadores, acidentes e doenças do trabalho, além das ações desenvolvidas pelo SESTR; as CAT e as atas da CPATR, que juntamente com outros documentos de SST tais como comprovantes de treinamentos, análises de acidentes de trabalho, ordens de serviço e até possíveis auditorias internas nos darão uma idéia da gestão da empresa em SST.

Durante as análises devem ser feitas anotações de pontos fortes e fracos averiguados e informações a serem levantadas ou verificadas na inspeção dos ambientes de trabalho e durante as entrevistas.

A partir dos dados levantados, outros documentos, além dos previstos na NAD, podem ser solicitados (por exemplo, exames complementares devem ser solicitados preferencialmente após análise de riscos e no caso de grandes empresas, pelo volume de exames, podem ser solicitados apenas os resultados de empregados que trabalham em setores de maior exposição do possível agente agressor);

2.3. OBSERVAÇÃO DIRETA E ENTREVISTAS

É o momento da inspeção no estabelecimento e de entrevistas. Devem ser observados todos os setores e postos de trabalho e entrevistados os trabalhadores. Nesta etapa pretende-se estabelecer um dossiê sobre os riscos, as condições de trabalho e as medidas de controle adotadas pela empresa, que passarão a orientar o processo de

intervenção fiscal e de correção dos ambientes de trabalho. Também é o momento oportuno de confrontar todas as informações contidas nos Programas de Gestão de SST e demais documentos com as observações de campo, considerando especialmente a coerência e compatibilidade entre:

- Os exames médicos realizados e os riscos encontrados em cada local de trabalho;
- As avaliações ambientais e os riscos físicos, químicos e biológicos observados;
- Os produtos químicos utilizados, a forma de armazenamento e a destinação de embalagens vazias;
- Os riscos ergonômicos, especialmente os decorrentes da organização do trabalho e as medidas de controle adotadas;
- As medidas de controle coletivo e individual e os riscos de acidentes e doenças do trabalho;
- Os riscos de acidentes maiores, as condições de certificação de equipamentos e a existência de planos de contingências;
- As condições de higiene e conforto e as exigências do processo de trabalho;
- O treinamento, a habilitação profissional e as necessidades requeridas pelo trabalho;
- Outras medidas adotadas e seus respectivos controles.

Nesta fase também deve ser confirmado através de entrevistas se a estrutura de gerenciamento de SST na empresa existe, tem apoio central e funciona. Para isto, as entrevistas devem acontecer com funcionários da alta administração como gerentes gerais e chefes de recursos humanos, profissionais do campo, como engenheiro agrônomo e técnico agrícola, além dos profissionais de SST. A indagação fundamental é como se dá a gestão de SST na empresa. Nas entrevistas com os profissionais de SST também deve ser verificado se suas atribuições são claras e definidas, se há canais de comunicação adequados entre eles e deles com a empresa, se a CPATR tem suas recomendações atendidas e/ou analisadas e se o fluxo de informações em SST ocorre de maneira funcional e participativa.

A partir de agendamento prévio deve ser realizada reunião com os membros da CPATR (titulares e suplentes). Nesta reunião devemos buscar informações sobre o relacionamento da CPATR com a empresa, legitimidade do processo eleitoral, as condições como foi realizado o treinamento, o cumprimento do Plano de Trabalho preestabelecido, bem como a participação dos Cipeiros nas investigações e análises de acidentes e demais atribuições previstas na NR-33. Esta reunião pode ter a participação do técnico de segurança ou outro profissional de SST da empresa, à critério da equipe auditora.

2.4. DIAGNÓSTICO

O objetivo geral é avaliar a necessidade de intervenção na gestão de SST da empresa. Para tanto, na análise geral de documentos e dos ambientes de trabalho devemos estar atentos para a maneira como se desenvolvem as relações entre a empresa e os empregados nas questões de SST, ou seja, se a definição de responsabilidades é clara, se o fluxo de informações ocorre com liberdade e é eficaz, se o desenvolvimento dos programas é efetivo e tem apoio real, e se o envolvimento acontece em todos os níveis.

Neste momento confrontamos as informações obtidas dos representantes da empresa e da análise documental com aquelas da etapa de campo objetivando visualizar o nível de comprometimento da empresa com as questões de SST. Para isto, os Auditores envolvidos na fiscalização devem se reunir preferencialmente fora da empresa (como forma de evitar pressões) para discutir a auditoria como um todo e definir as estratégias a serem utilizadas na intervenção.

2.5. INTERVENÇÃO

Nesta etapa apresentaremos à empresa os resultados da auditoria em SST e as ações que deverão ser implementadas para adequá-la à legislação vigente. Estas serão indicadas através do respectivo Termo de Notificação que poderá ser acompanhado de interdição/embargo, autuação, solicitação de Mesa de Entendimento, ou mesmo encaminhamento de questões a serem levadas para a CPRR ou órgãos como IBAMA, Ministério da Agricultura, INSS, Ministério Público, Sindicatos, etc.

Durante a apresentação devem estar presentes (mediante solicitação prévia) o responsável ou preposto da empresa, os profissionais agrícolas e de SST, a CPATR, o responsável pela área de RH, o gerente de produção e outros profissionais porventura necessários (outros membros da CPATR, representantes sindicais, etc.).

Esta etapa se encerra com a verificação do cumprimento por parte da empresa de todas as modificações determinadas.

2.6. ACOMPANHAMENTO

Ao final do trabalho de auditoria o gerente do grupo rural da DRT deverá ser informado da necessidade ou não de acompanhamento da empresa, e periodicidade, através de relatório circunstanciado que será anexado ao dossiê da empresa. Em caso afirmativo devem ser identificadas quais as medidas ou ações a serem priorizadas na etapa seguinte. A partir destas indicações dos Auditores Fiscais do Trabalho envolvidos serão definidas estratégias e objetivos futuros e será elaborado um cronograma para acompanhamento das empresas que sofreram a auditoria inicial.

Nas situações acima, as inspeções futuras devem ter preferencialmente a inclusão de novos auditores, porém permanecendo ao menos um componente da equipe de auditoria inicial.

Capítulo III - OUTRAS ESTRATÉGIAS DE INSPEÇÃO NO MEIO RURAL

Nas pequenas empresas (até 50 empregados) podemos atuar de maneiras diferenciadas, mas em qualquer das opções o ponto comum é a necessidade de planejamento prévio na ação fiscal.

1. TERMO DE NOTIFICAÇÃO COLETIVA

Esta forma de intervenção tem sido aplicada com sucesso naquelas culturas permanentes, e que empregam um grande contingente de trabalhadores especificamente em períodos de safra. Sendo a mesma compreendida das seguintes etapas:

1 – Realização do levantamento do porte das propriedades, através da capacidade de produção ou do tamanho da cultura, situadas num mesmo município ou em municípios circunvizinhos, utilizando dados dos órgãos de assistência rural e/ou dos sindicatos de trabalhadores rurais. **Período:** antes da safra;

2 – Realização do levantamento geográfico (localização) das propriedades rurais de médio e grande porte, que foram selecionadas através dos dados coletados na etapa anterior. **Período:** antes da safra;

3 – Realização de vistorias nas propriedades rurais selecionadas nos levantamentos anteriores, para verificação das situações que poderão se constituir em irregularidades no período de safra, devido ao grande contingente de trabalhadores que serão empregados. **Período:** antes da safra;

4 – Reunião da equipe para discussão das situações irregulares comuns encontradas nas várias propriedades rurais vistoriadas, e elaboração do Termo de Notificação Coletiva. **Período:** Imediatamente após a Etapa 3;

5 – Convocação dos proprietários rurais para apresentação, orientação e entrega dos Termos de Notificação Coletiva. Nesta etapa é muito importante a participação dos sindicatos patronal e de trabalhadores, apesar de não ocorrer nenhuma negociação. **Período:** Imediatamente após a Etapa 4;

6 – Realização de vistorias nas propriedades rurais que foram notificadas para verificação do atendimento das mesmas. **Período:** Durante a safra.

2. REUNIÃO DE ORIENTAÇÃO COLETIVA

Esta forma de intervenção tem sido utilizada nos municípios onde se concentram um grande número de micros e pequenos proprietários rurais que trabalham com uma cultura comum e que empregam um número maior de trabalhadores durante a safra. Compreende as seguintes etapas:

1 – Realização do levantamento do número de propriedades, situadas num mesmo município, utilizando dados dos órgãos de assistência rural e/ou dos sindicatos de trabalhadores rurais, do SFIT e outros. **Período:** antes da safra;

2 – Elaboração de Termo de Notificação Coletiva baseado nos dados coletados no item 1 e em experiências anteriores de fiscalizações realizadas na região. Também devem ser feitas visitas prévias por amostragem nas propriedades rurais para verificação das condições de Segurança e Saúde no Trabalho; **Período:** antes da safra;

3 - Realização de contatos com a Prefeitura Municipal, Câmara Municipal, Sindicatos Patronal e de Trabalhadores para agendamento de uma reunião onde será detalhada a finalidade do evento. **Período:** antes da safra;

4 – Divulgação do evento (data) e sua finalidade pelos parceiros através de rádio, cartazes, correspondências e boletins. **Período:** antes da safra;

5 – Realização da Reunião Coletiva de Orientação destacando os aspectos de segurança e saúde a serem cumpridos e constantes do Termo de Notificação Coletiva entregue na ocasião. **Período:** antes da safra;

6 – Realização de inspeção nas propriedades rurais para verificar o cumprimento do Termo de Notificação entregue durante a etapa “5”. **Período :** Durante a safra.

3. AGRICULTURA FAMILIAR E ASSENTAMENTOS RURAIS

Nos últimos anos temos assistido a um crescimento dos assentamentos rurais no país e dos programas de incentivo à agricultura familiar. Em boa parte destas propriedades as condições gerais são precárias. Problemas de saneamento básico, falta de infra-estrutura para o armazenamento de produtos químicos, e até mesmo ausência de eletrificação rural coexistem com baixa escolaridade, nível de conhecimento insuficiente do processo produtivo, desorganização gerencial, ausência de tecnologia e falta de suporte técnico adequados.

Neste contexto, podemos desempenhar um papel importante, marcando a presença do Estado no sentido de prestar orientações e esclarecimentos sobre as questões de SST e contribuindo desta forma para a prevenção de acidentes e doenças do trabalho no campo. Para atingir este objetivo sugerimos que o trabalho seja feito por regiões com o seguinte desenvolvimento:

- A – Planejamento
- B – Diagnóstico
- C – Intervenção
- D - Acompanhamento

A – Planejamento

Nesta etapa faremos o levantamento das regiões onde existe a predominância da agricultura familiar ou de assentamentos rurais e iniciaremos os contatos para uma visita a algumas propriedades da região. Os Sindicatos de Trabalhadores e Prefeituras costumam ser o canal mais eficiente de informações e comunicação. Outros parceiros podem ser incluídos (MDA-PRONAF, MS-Agentes Comunitários de Saúde, etc.). Por fim, as culturas predominantes devem ser identificadas.

B – Diagnóstico

A visita às propriedades e entrevistas com agricultores e suas famílias são o ponto central para traçarmos um perfil da realidade local. A visita às casas também é importante para verificarmos questões de higiene e outras como possível aproveitamento de recipientes de agrotóxicos que podem fazer parte da abordagem coletiva futura. A conversa com as crianças também nos darão bons subsídios sobre como se dá a participação destas no trabalho agrícola. Na visita também deve ser dado ênfase ao armazenamento, preparo e aplicação de agrotóxicos e descarte de seus vasilhames. O uso de ferramentas e máquinas agrícolas também é outro ponto essencial e devem ser observados seus estados e a maneira como são utilizadas.

C - Intervenção

A partir dos dados levantados no diagnóstico devemos discutir e elaborar a estratégia ideal para atingirmos de maneira eficiente o maior número de agricultores possível. As ações coletivas devem ser priorizadas e podem incluir palestras educativas (idealmente com a participação das mulheres e crianças), criação de material informativo (cartilhas) e aula prática (provavelmente a melhor opção), onde uma

propriedade padrão da região é escolhida e os ensinamentos são repassados durante a atividade real do trabalhador, com indicação de pontos positivos e negativos, o que torna o aprendizado do trabalhador e sua família mais proveitoso. A entrega de cartilhas é importante para complementar o trabalho.

D – Acompanhamento

Ao final dos trabalhos em cada região deve ser elaborado um relatório descrevendo os seguintes dados:

- Região (incluindo cidades e localidades)
- Parceiros
- Número de propriedades/pessoas atingidas (incluindo crianças e mulheres participantes)
- Culturas predominantes
- Adequação quanto às Normas Rurais
- Atividades desenvolvidas
- Temas abordados
- Necessidades futuras e questões a serem verificadas (acompanhadas)

A partir das informações dos relatórios deve ser elaborado um cronograma de retornos e medidas futuras.

Capítulo VI - CAMPANHAS EDUCATIVAS

Em razão da necessidade de uma ação complementar à ação fiscalizatória, devem ser desenvolvidas atividades de caráter informativo e orientativo, democratizando as informações, implementando a cultura e estimulando ações espontâneas em SST.

A Campanha Nacional de Prevenção de Acidentes no Trabalho Rural – CANPATR é a principal atividade do MTE na promoção de ações educativas, abrangendo todos os segmentos do trabalho rural.

Outras ações podem ser desencadeadas a partir das necessidades e peculiaridades de cada Regional, tais como o Projeto Escola do Futuro Trabalhador, Projetos para formação de multiplicadores, entre outros.

Capítulo V – DADOS NACIONAIS DO MEIO RURAL

PRINCIPAIS ATIVIDADES RURAIS POR REGIÃO

REGIÃO NORTE

Estado	Atividades
ACRE	Extrativismo vegetal, arroz, feijão, mandioca, milho, pecuária.
AMAPÁ	Extrativismo vegetal, mandioca, cana-de-açúcar, reflorestamento.
AMAZONAS	Extrativismo vegetal, fruticultura, mandioca, milho, psicultura.
PARÁ	Extrativismo vegetal, fruticultura, feijão, pimenta-do-reino, arroz, mandioca, milho, cacau, pecuária.
RONDÔNIA	Extrativismo vegetal, fruticultura, café, arroz, feijão, milho, mandioca, soja, tomate, pecuária.
RORAIMA	Extrativismo vegetal, mandioca, milho, arroz, reflorestamento, pecuária.
TOCANTINS	Arroz, fruticultura, cana-de-açúcar, mandioca, soja, pecuária.

Fonte: IBGE

REGIÃO NORDESTE

Estado	Atividades
ALAGOAS	Cana-de-açúcar, feijão, fumo, mandioca, milho, pecuária.
BAHIA	Arroz, algodão, batata, cana-de-açúcar, cebola, feijão, mandioca, milho, soja, tomate, cacau, fruticultura, reflorestamento, pecuária, carcinocultura.
CEARÁ	Arroz, cana-de-açúcar, fruticultura, feijão, mandioca, milho, tomate, carcinocultura, psicultura.
MARANHÃO	Arroz, cana-de-açúcar, feijão, mandioca, milho, soja, fruticultura, pecuária.
PARAÍBA	Cana-de-açúcar, feijão, milho, mandioca, inhame, fruticultura.
PERNAMBUCO	Cana-de-açúcar, mandioca, milho, tomate, fruticultura.
PIAUI	Arroz, fruticultura, cana-de-açúcar, mandioca, soja, milho.
RIO GRANDE DO NORTE	Cana-de-açúcar, feijão, batata, arroz, mandioca, fruticultura,

	carcinocultura, avicultura.
SERGIPE	Cana-de-açúcar, feijão, mandioca, milho, batata, tomate, fruticultura.

Fonte: IBGE

REGIÃO SUDESTE

Estado	Atividades
ESPÍRITO SANTO	Cana-de-açúcar, arroz, feijão, batata, café, mandioca, milho, tomate, fruticultura, pecuária, reflorestamento.
MINAS GERAIS	Algodão, arroz, batata, mandioca, cana-de-açúcar, reflorestamento, feijão, milho, soja, tomate, café, fruticultura, pecuária, avicultura.
RIO DE JANEIRO	Arroz, cana-de-açúcar, fruticultura, mandioca, milho, tomate, pecuária.
SÃO PAULO	Cana-de-açúcar, algodão, batata, cebola, fruticultura, feijão, arroz, mandioca, milho, pecuária, soja, tomate, café, reflorestamento, avicultura.

Fonte: IBGE

REGIÃO SUL

Estado	Atividades
PARANÁ	Cana-de-açúcar, café, algodão, batata, feijão, milho, mandioca, soja, trigo, pecuária, reflorestamento, fruticultura, avicultura.
RIO GRANDE DO SUL	Arroz, fumo, mandioca, milho, soja, trigo, fruticultura, pecuária, reflorestamento, avicultura.
SANTA CATARINA	Arroz, cana-de-açúcar, cebola, feijão, fumo, fruticultura, mandioca, soja, reflorestamento, avicultura.

Fonte: IBGE

REGIÃO CENTRO-OESTE

Estado	Atividades
DISTRITO FEDERAL	Batata, cebola, feijão, milho, soja, pecuária.
GOIÁS	Arroz, algodão, cana-de-açúcar, feijão, mandioca, milho, soja, pecuária, fruticultura.
MATO GROSSO	Arroz, algodão, cana-de-açúcar, feijão, mandioca, milho, soja, pecuária, fruticultura.
MATO GROSSO DO SUL	Cana-de-açúcar, arroz, mandioca, milho, soja, feijão, algodão, pecuária.

Fonte: IBGE

2. NÚMERO DE TRABALHADORES RURAIS POR CULTURA/ESTABELECIMENTO

Número de propriedades rurais/empregos por cultura

CNAE	1 a 10		11 a 20		21 a 50		51 a 100		101 a 300		301 a 500		501 a 1000		1001 a +	
	Estabelec.	Empreg.	Estabelec.	Empreg.	Estabelec.	Empreg.	Estabelec.	Empreg.	Estabelec.	Empreg.	Estabelec.	Empreg.	Estabelec.	Empreg.	Estabelec.	Empreg.
Cultivo de cereais	10.634	24.763	345	4.870	173	5.102	39	2.724	18	2.289	4	1.389	1	606	0	0
Cultivo de algodão herbáceo	222	628	17	249	16	570	4	274	2	292	0	0	0	0	0	0
Cultivo de cana-de-açúcar	2.975	9.040	388	5.727	337	10.888	135	9.458	96	16.668	33	12.734	42	29.201	31	53.727
Cultivo de fumo	46	91	0	0	1	40	1	71	1	228	0	0	1	944	0	0
Cultivo de soja	2.884	7.315	117	1.639	49	1.490	10	722	4	494	0	0	0	0	0	0
Cultivo de outros produtos temporários	2.439	5.455	100	1.442	81	2.546	24	1.636	12	2.154	1	386	0	0	1	1.840
Cultivo de hortaliças, legumes, especiarias...	3.358	8.384	159	2.226	72	2.089	17	1.075	9	1.484	0	0	0	0	0	0
Cultivo de flores e plantas ornamentais	1.390	4.811	179	2.712	83	2.660	20	1.353	11	1.894	0	0	0	0	0	0
Cultivo de frutas cítricas	3.853	9.200	207	2.968	192	6.235	88	6.291	47	7.604	10	3.540	1	552	5	8.974
Cultivo de café	6.918	18.561	518	7.574	346	10.578	67	4.617	25	3.808	4	1.672	0	0	0	0
Cultivo de cacau	2.526	6.631	81	1.131	32	996	4	286	3	407	0	0	1	600	0	0
Cultivo de uva	746	1.888	70	1.076	55	1.672	15	992	12	2.035	4	1.422	1	549	0	0
Cultivo de outras frutas, frutos secos, plantas para preparo de bebidas	2.634	7.181	219	3.092	129	3.987	49	3.420	35	5.744	7	2.735	8	5.003	0	0
Criação de bovinos	51.080	105.971	1.170	16.408	367	10.695	57	3.694	21	3.086	0	0	1	575	0	0
Criação de outros animais de grande porte	762	2.230	60	840	30	873	1	52	1	103	0	0	0	0	0	0
Criação de ovinos	149	300	1	19	1	31	1	86	2	482	0	0	2	1.093	1	1.527
Criação de suínos	1.319	3.984	154	2.282	84	2.448	15	1.036	5	642	0	0	0	0	0	0
Criação de aves	2.651	8.428	399	5.905	351	11.282	178	12.722	94	15.483	13	4.911	3	2.358	0	0
Criação de outros animais	755	1.710	34	498	19	595	8	589	2	336	0	0	0	0	0	0
Produção mista: lavoura e pecuária	84.461	178.215	2.465	35.030	1.106	33.093	221	15.031	86	13.123	14	5.040	9	6.403	2	2.383
Ativid. de serv. relacionados com agricultura	16.374	37.126	683	9.693	387	11.719	108	7.411	84	12.805	10	3.848	15	11.078	7	13.389
Ativ. de serv. relacionados com a pecuária, exceto ativ. Veterinária	6.965	13.818	130	1.846	45	1.337	11	695	6	960	0	0	1	519	0	0
Silvicultura	268	768	29	414	28	874	20	1.520	24	3.892	4	1.505	2	1.801	0	0
Exploração florestal	817	2.809	146	2.134	143	4.740	59	4.134	20	2.658	2	856	1	651	1	1.975
Ativ. dos serv. relacionados com a silvicultura e a exploração florestal	915	3.354	213	3.127	197	6.301	74	5.217	46	7.454	11	3.931	4	2.941	2	2.196
Pesca	683	2.659	97	1.364	44	1.334	22	1.617	8	1.161	0	0	0	0	0	0
Aqüicultura	394	982	23	331	18	547	4	287	6	1.082	1	438	1	501	0	0
Total	208.218	466.302	8.004	114.597	4.386	134.722	1.252	87.010	680	108.368	118	44.407	94	65.375	50	86.011

Fonte: RAIS/MTE

3 - ESTATÍSTICAS DE AGRAVOS À SAÚDE NO MEIO RURAL

BRASIL - Quantidade de ACIDENTES DO TRABALHO REGISTRADOS, por motivo, segundo a Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE) - 1999/2000								
CNAE	QUANTIDADE DE ACIDENTES DO TRABALHO REGISTRADOS							
	Total		Motivo					
	1999	2000	Típico		Trajeto		Doença do Trab.	
			1999	2000	1999	2000	1999	2000
TODOS...	387.820	343.996	326.404	287.500	37.513	37.362	23.903	19.134
0111.....	527	472	500	431	17	26	10	15
0112.....	15	35	14	35	1	-	-	-
0113.....	11.643	7.301	11.327	7.049	205	181	111	71
0114.....	12	39	12	38	-	-	-	1
0115.....	35	106	34	97	1	8	-	1
0119.....	332	112	314	101	16	10	2	1
0121.....	57	78	48	65	8	9	1	4
0122.....	64	94	47	69	5	12	12	13
0131.....	480	594	463	566	11	24	6	4
0132.....	685	721	651	688	31	26	3	7
0133.....	16	64	16	53	-	9	-	2
0134.....	35	64	30	50	5	6	-	8
0139.....	447	426	429	392	13	27	5	7
0141.....	1.245	1.422	1.179	1.350	55	63	11	9
0142.....	41	39	36	37	5	1	-	1
0143.....	17	20	12	17	3	2	2	1
0144.....	95	106	87	95	6	4	2	7
0145.....	878	869	769	740	77	83	32	46
0146.....	31	29	29	26	1	3	1	-
0150.....	1.631	2.847	1.540	2.711	79	107	12	29
0161.....	8.740	2.943	8.261	2.761	374	148	105	34
0162.....	79	141	72	121	4	14	3	6
0211.....	604	402	579	367	22	31	3	4
0212.....	354	502	335	470	13	23	6	9
0213.....	794	966	725	897	54	63	15	6
0511.....	88	164	74	140	12	18	2	6
0512.....	54	85	44	74	10	11	-	-
Σ Rural	28.999	20.641	27.627	19.440	1.028	909	344	292
%Rur/Tot	7,48	6,00	8,46	6,76	2,74	2,43	1,44	1,53

Capítulo VI - PROCESSO PRODUTIVO E RISCOS AMBIENTAIS

INTRODUÇÃO

A Auditoria em Segurança e Saúde no Trabalho Rural prescinde, para sua eficácia, do conhecimento sistemático do processo produtivo das atividades agrícolas objeto da ação, assim como dos riscos ambientais associados.

Desta forma, é importante a identificação das explorações agrícolas que geram o maior impacto sócio-econômico na região e, a partir deste diagnóstico prévio, estabelecer as diversas etapas que compõem o ciclo produtivo das culturas a serem estudadas. Estas etapas deverão conter informações básicas sobre: demanda de mão de obra para a execução das tarefas; período de execução; procedimentos técnicos a serem adotados; uso de ferramentas, máquinas e equipamentos; uso de produtos e substâncias potencialmente tóxicas; introdução de novas tecnologias; organização do trabalho; identificação dos riscos ambientais a que o trabalhador está exposto.

Com estas informações será possível ao Auditor-Fiscal do Trabalho, planejar a ação fiscal de modo que a mesma atinja um número expressivo de trabalhadores, focalizando os agravos à sua segurança e saúde e estabelecendo as condutas a serem adotadas em conformidade com a legislação em vigor.

A seguir fornecemos um exemplo de ciclo produtivo de uma cultura que é comum a várias regiões do Brasil: a cana-de-açúcar. O modelo proposto descrevendo os riscos inerentes a cada fase do ciclo, pode ser aplicado para qualquer cultura que se queira estudar. Para tanto, a parceria com órgãos envolvidos com a área rural é de fundamental importância.

O ciclo produtivo da cana-de-açúcar varia de acordo com a região do país. Também varia conforme o tipo de plantio utilizado (plantio de 18 meses, de inverno, etc.). No modelo apresentado, utilizou-se o plantio de dezoito meses na região centro-oeste.

CULTURA DA CANA-DE-AÇUCAR

MATO GROSSO DO SUL

Dourados – 18.286,141 ha

Iguatemi - 16.116,185 ha

Três Lagoas – 15.441,747 ha

Alto Taquari -10.890,949 ha



Obs: As áreas de maior produção estão destacadas na legenda do mapa

FASES DA CULTURA

1. Preparo do solo;
2. Calagem, nutrição e adubação;
3. Preparo das mudas;
4. Plantio;
5. Controle de plantas daninhas;
6. Controle de pragas;
7. Aplicação de maturadores;
8. Colheita;
9. Readubação;
10. Destruição das soqueiras.

PREPARO DO SOLO

Período: janeiro (plantio de dezoito meses).

Descrição: Fase basicamente mecanizada com utilização de pouca mão-de-obra. Consiste em aração (revolvimento do solo), gradação (quebra de blocos de terra), confecção de terraços, demarcação de curvas de nível e de carregadores.

Riscos: ergonômicos, acidentes com máquinas e equipamentos, exposição solar, ruído, gases, vibração e poeiras.

Máquinas e equipamentos: tratores, arados, grades, sulcadores, motoniveladoras.

CALAGEM, NUTRIÇÃO E ADUBAÇÃO

Período: realizado imediatamente após a primeira fase

Descrição: Fase basicamente mecanizada. Consiste na correção da acidez do solo (calagem) e adubação do seu estado nutricional. São utilizados produtos ricos em cálcio, magnésio, fósforo, nitrogênio e potássio.

Riscos: além dos citados anteriormente, exposição a esses produtos químicos.

Máquinas e equipamentos: trator, grade, adubadeira



PREPARO DAS MUDAS

Período: concomitantemente ao período de preparo do solo. Fase de grande utilização de mão de obra.

Descrição: é feito o corte manual da cana em uma área já plantada. O trabalhador vai formando feixes de cana, amarrando-os com a própria palha. Os feixes são colocados em cima do caminhão adaptado para o plantio e encaminhado para as áreas já preparadas.

Riscos: cortes nas mãos e nos membros inferiores, acidentes com animais peçonhentos, ferimentos nos olhos e pele com a palha da cana, exposição solar, poeiras, ergonômicos e quedas.

Máquinas e equipamentos: trator, carregadeira, facão (machete).



PLANTIO

Período: janeiro a abril. Fase de grande utilização de mão de obra.

Descrição: com um trator, são feitos os sulcos em que serão jogados os feixes de cana. Concomitantemente a abertura dos sulcos é feita a adubação com produtos a base de NPK. Os trabalhadores vão em cima dos caminhões desfazendo os feixes de cana e atirando-as nas trilhas sulcadas. Outros trabalhadores vão a pé, atrás dos caminhões, ajeitando as canas nos sulcos e cortando-as em pedaços com o facão. Logo após, vem um outro trator para realizar o processo denominado de cobertura e que consiste em jogar a terra que está em torno do sulco por cima das mudas, enterrando-as. Neste processo, ao mesmo tempo, são colocados mais fertilizantes e inseticidas, principalmente a base de *Fipronil*. Atrás deste trator vai um grupo de trabalhadores com enxada para enterrar as mudas que, porventura tenham ficado descobertas (recobertura manual).

Riscos: quedas, intoxicação com produtos químicos, acidentes com máquinas e equipamentos, ergonômicos, poeiras, ruído, vibração, animais peçonhentos, exposição solar.

Máquinas e equipamentos: trator, plantadeiras, facão (machete), enxadas, caminhões.



CONTROLE DAS PLANTAS DANINHAS

Período: 10 a 15 dias após o plantio.

Descrição: aplicação de herbicidas (manual e mecanizada) de pré e pós emergência (*Combire*, *Velper*, *Gesapax*, entre outros) para erradicação de plantas que possam competir com a cana.

Riscos: máquinas e equipamentos, intoxicações por agrotóxicos.

Máquinas e equipamentos: trator, pulverizador.

CONTROLE DE PRAGAS

Período: toda a fase da cultura após o plantio

Descrição: combate à broca da cana com *malathion* ou através de controle biológico com a vespa *Cotesia flavipes* que são introduzidas na cultura. Também se faz o combate de formigas com formicidas granulados (iscas) a base de *sulfuramidas*.

Riscos: intoxicações, exposição solar, animais peçonhentos

APLICAÇÃO DE MATURADORES

Período: um a dois meses antes da colheita

Descrição: aplicação de produtos para anteciparem e facilitarem a colheita. É feita através de pulverizações por aviões agrícolas. Produtos mais usados: *Ethel*, *Modus*, *Randap* e *Curavial*.

Riscos: intoxicações do trabalhador (bandeirinha) que sinaliza o local de aplicação de agrotóxico pelo avião e no caso de trabalhadores que entram na área no período de carência.

COLHEITA

Período: de abril a novembro. Fase de grande utilização de mão-de-obra

Descrição: pode ser totalmente mecanizada ou manual. Na colheita manual, cerca de 24 a 48 horas antes, é feita a queimada do canavial, para reduzir a folhagem e diminuir o risco de acidente com animais peçonhentos. A partir daí, os trabalhadores cortam a cana com facões e vão fazendo feixes para a medição da produtividade. Na colheita mecanizada, são utilizadas máquinas específicas para o corte da cana. Em seguida, são utilizadas máquinas para o carregamento de caminhões transportadores.

Riscos: cortes nas mãos e nos membros inferiores, acidentes com animais peçonhentos, ferimentos nos olhos e pele com a palha da cana, exposição solar, poeiras, ergonômicos e quedas.

Máquinas e equipamentos: colheitadeiras, carregadeiras, caminhões, facões.



READUBAÇÃO

Período: logo após a colheita.

Descrição: após a primeira colheita faz-se a adubação das linhas com produtos a base de NPK e aplicação de herbicida nas entrelinhas, preparando para a próxima safra. É uma fase mecanizada.

Riscos: acidentes com máquinas e equipamentos e intoxicações.

Máquinas e equipamentos: trator, pulverizador.

DESTRUIÇÃO DAS SOQUEIRAS

Período: após a colheita

Descrição: após 4 a 5 colheitas, é feita a reforma da área com escarificação do solo e gradeação para a destruição das soqueiras de cana, fazendo-se também a adubação, visando um novo plantio. É uma fase mecanizada.

Riscos: acidentes com máquinas e equipamentos e intoxicações.

ANEXOS

I - Modelo de NAD para a área rural

**SISTEMA FEDERAL DE INSPEÇÃO DO TRABALHO
DELEGACIA REGIONAL DO TRABALHO /
SETOR DE SEGURANÇA E SAÚDE DO TRABALHADOR-SEGUR**

NOTIFICAÇÃO P/ APRESENTAÇÃO DE DOCUMENTOS (NAD) N° _____

Empregador _____
Endereço : _____
CNPJ/CPF: _____ CNAE: _____ CEP : _____
Empregados : Homens: _____ Mulheres : _____ Menores : _____ Total : _____

Notifico o empregador acima para deixar à disposição da fiscalização às ____: ____ horas do dia ____/____/____, na própria empresa os documentos abaixo assinalados, nos termos do disposto nos §§ 3º e 4º do artigo 630 da Consolidação das Leis do Trabalho. O não cumprimento desta notificação importará em autuação na forma da lei. Esclarecimentos: Fone - _____ das 08:00 às 17:00

<p><input type="checkbox"/> Livro de Inspeção do Trabalho</p> <p><input type="checkbox"/> Cartão de Inscrição CNPJ/CPF</p> <p><input type="checkbox"/> Livro ou Ficha de Registro de Empregados (se fichas, exibir inclusive a ultima preenchida e a 1º em branco)</p> <p><input type="checkbox"/> Registro de Ponto referente (s) ao (s) mês(es) ____/____ a ____/____</p> <p><input type="checkbox"/> Nome e número total de empregados (Homens, Mulheres e Menores)divididos por setor</p> <p><input type="checkbox"/> Contrato Social com última Alteração</p> <p><input type="checkbox"/> Atestados de Saúde Ocupacional (ASO) (admissional ,periódico, demissional, retorno ao trabalho e de mudança de função, separados por empregados e em ordem cronológica) a partir de ____/____/____</p> <p><input type="checkbox"/> Avaliação dos Riscos das atividades laborativas</p> <p><input type="checkbox"/> Cópias de CATs de 200__ a __200__ ou declaração de não existência assinada por representante legal da Empresa.</p> <p><input type="checkbox"/> Análises de Acidentes de Trabalho</p> <p><input type="checkbox"/> Documentos da CPATR: Atas; Plano de Trabalho; Certificado de Treinamento.</p> <p><input type="checkbox"/> Ficha Toxicológica dos produtos utilizados</p> <p><input type="checkbox"/> Comprovação de capacitação dos trabalhadores com exposição direta e indireta a agrotóxicos</p> <p><input type="checkbox"/> Relação de Máquinas e Equipamentos, discriminando suas capacidades e finalidades</p> <p><input type="checkbox"/> Treinamento dos operadores de equipamentos de transporte e motosserras e suas fichas de registro</p> <p><input type="checkbox"/> Comprovação de todos os outros treinamentos em SST realizados de ____/____ a ____/____</p> <p><input type="checkbox"/> Registro do SESTR no MTE, ficha de registro e registro de ponto de ____/____ a ____/____ dos seus integrantes.</p> <p><input type="checkbox"/> Avaliação dos riscos de combustão espontânea e explosão, da concentração de oxigênio e gases tóxicos nos silos, moegas e poços de elevador.</p> <p><input type="checkbox"/> Relação de funções/atividades em que é pago o adicional de periculosidade ou insalubridade</p> <p><input type="checkbox"/> Relação de Terceirizados: nº de empregados e contrato de prestação de serviço.</p>

_____, ____ de _____ de 200__
_____ Assinatura e Carimbo do Auditor Fiscal do Trabalho

Recebi a 1º Via ____/____/____
_____ Assinatura

II - FONTES IMPORTANTES PARA CONSULTA

1- Embrapa – www.embrapa.br

Se chega as EMATER dos Estados

2- IBGE – www.ibge.gov.br

Entrar então em SIDRA – Agricultura, pecuária, horticultura e silvicultura (site com estatísticas sobre culturas, produção, etc.)

3- Anuário Estatístico de Acidentes do Trabalho – INSS - www.mpas.gov.br

Seguir o caminho: estatísticas;anuário estatístico de acidentes do trabalho;consultando o anuário; estatísticas de acidentes de trabalho;tabelas;acidentes de trabalho registrados/liquidados

4- SENAR – www.senar.com.br

5- IPEA - www.ipea.gov.br

6- OIT – www.ilo.org/

7- www.agridata.mg.gov.br

BIBLIOGRAFIA

1- Enciclopédia da OIT

2-Apostila do Curso de Gestão de Riscos no Trabalho – Parte II – MTE

3- Apostila do Curso de Auditoria Estratégica - MTE